

IGREJA
DE SANTA
MARIA MAIOR
DE TAROUQUELA
CINFÃES

IGREJA

DE SANTA

MARIA MAIOR

DE TAROUQUELA

CINFÃES

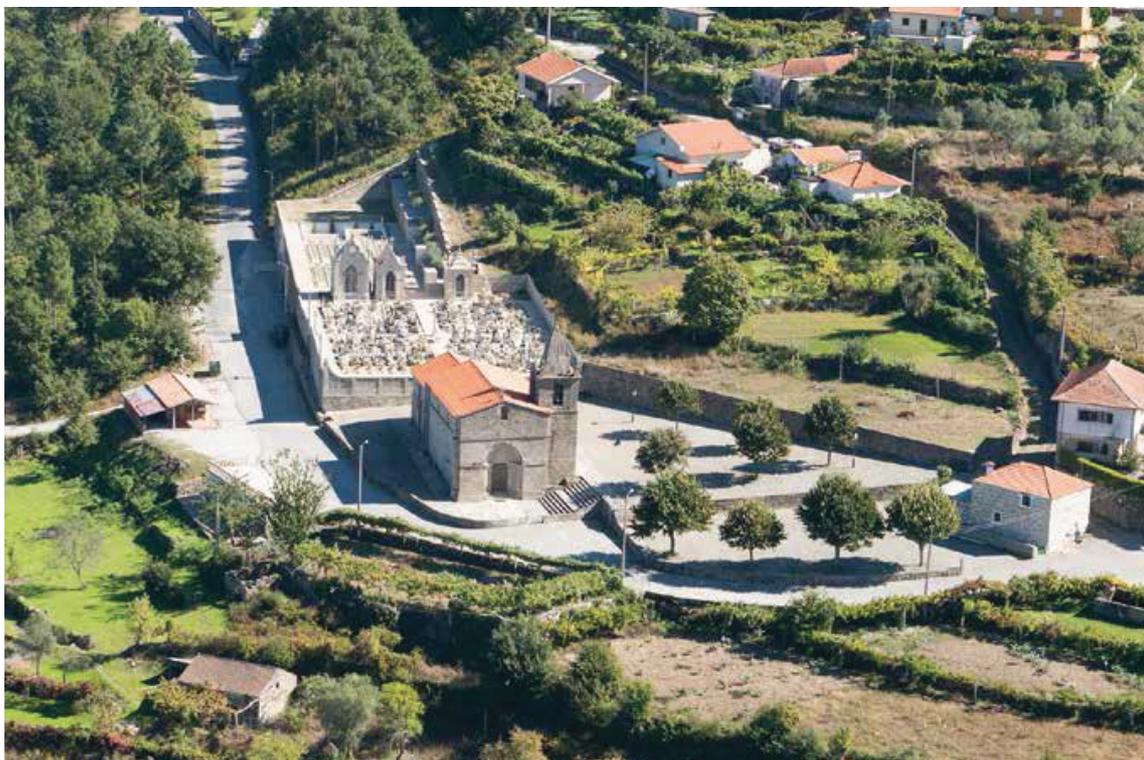


Planta.

SUMÁRIO HISTÓRICO

A importância histórica de Tarouquela, hoje apenas assinalada pelo remanescente eclesial do que constituiu um dos primeiros mosteiros femininos da ordem de São Bento a sul do Douro, tem sido arredada das linhas de investigação historiográficas portuguesas. Não obstante este panorama de desinteresse, A. de Almeida Fernandes, profundamente conhecedor da genealogia e do acervo documental da Idade Média, traçou já o trajeto desta comunidade religiosa nos primeiros séculos de vivência, período particularmente atreito a defeituosas interpretações cronológicas e factuais. No verbete “Tarouquela” da *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, aquele historiador demonstrou, com irrefutáveis provas documentais, a origem do complexo monástico e a sua relação com os familiares dos fundadores e primeiros padroeiros, que durante gerações não se inibiram de servir-se do mosteiro e dos seus réditos para uso próprio e dos seus.

Nesse sentido, é particularmente relevante a desconstrução da teoria veiculada a partir de Viterbo sobre a origem familiar da primeira abadessa, D. Urraca Viegas, em quem recaía a fama de ser filha de Egas Moniz, dito o Aio, e de sua mulher, Teresa Afonso. Entre 1187 e 1220, Viterbo imputava-lhe facécias várias, impossíveis de justificar com a idade e com a razão para



Vista aérea.

certos atos, como o de rumar a Tuías (no atual Marco de Canaveses) para expulsar os cónegos regrantes, adotar neste mosteiro a regra de Cister e regressar a Tarouquela para obedecer a São Bento (Viterbo, 1865: 258).

Egas Moniz de Ribadouro, que a historiografia e o mito têm coberto de uma aura especial, é parte no processo de formação de Tarouquela, mas de forma indireta. Efetivamente, em 1134, o infante D. Afonso Henriques doa a Egas Moniz e a sua mulher a herdade de Tarouquela, cujos termos (extensos) denotam a importância e o valor do território. Estes, no mesmo ano, venderam a Ramiro Gonçalves e sua esposa, D. Ouruana Nunes, uma herdade no território que haviam recebido do infante, pelo irrisório valor de um cavalo. Este casal, possivelmente herdeiro ou fundador de uma igreja própria ali existente, desejava acrescentar-lhe um mosteiro, aumentando-lhe a dotação. A. de Almeida Fernandes explica esta transação com as seguintes palavras:

“Tudo indica que estes esposos, desejosos desta fundação e sendo acaso os herdeiros da igreja de Santa Maria local, não alcançando ou temendo não alcançar do Infante a cessão real de Tarouquela, combinaram com Egas Moniz, que governava e vivia daqui vizinho, obtivesse, com a esposa, tal cessão, e lha passasse, ao depois, a eles, com esse fim piedoso. Até a própria insignificância relativa do preço da transação (por muito pouco valiosa que fosse a propriedade rural), no exagero de certos autores, que apenas se guiam pelo absoluto e não pensam no que pode ocultar-se atrás de um ato de tal espécie” (Correia et al., 1963: 755-756).

190

Ramiro Gonçalves, por alcunha o “Quartela”, e D. Ouruana tornaram-se assim fundadores do novel mosteiro (que já era reconhecido pelo bispo de Lamego em 1171), e os seus descendentes padroeiros e familiares do mesmo. Em 1185 ou 1187, segundo indicação de A. de Almeida Fernandes, os filhos e netos daquele casal confirmaram a doação da igreja própria de fundação anterior ao mosteiro, endossando-o a D. Urraca Viegas, também ela neta dos fundadores, para que o governasse no espiritual e no temporal. Cabia-lhe seguir a regra de Santo Agostinho e suprir os ofícios por memória dos doadores (Correia et al., 1963: 756). D. Urraca era filha de um Egas Moniz, mas de Ortigosa, localidade próxima a Tarouquela (na freguesia de Travanca), território onde esta família tinha os seus principais haveres e provável solar. Ainda durante a sua vida, operou-se a mudança de hábito, ato que tanta confusão causou entre autores antigos e modernos, os quais sugeriram a fuga de D. Urraca para Tuías, o regresso a este mosteiro com alteração da ordem e até o caráter duplex do mesmo, teorias difíceis de sustentar. Tudo parece indicar que, ainda antes do final do século XII (entre 1187 e 1194), a abadessa (sem que conheçamos a razão para tal) conseguiu operar uma alteração da regra com a aquiescência dos familiares. Estes não deixaram de participar nos destinos desta instituição, transformando-a amiúde em espaço privilegiado para sustento, promoção social e linhagística.

Um dos aspetos que sobressai no trajeto histórico desta comunidade é a forma como vai sendo gerida por dinastias de abadessas da mesma família. O nepotismo caracteriza a transição de abadessados praticamente até à extinção do mosteiro, no século XVI. De resto, os descendentes dos familiares vão contribuindo para aumentar o capital humano que habita o cenóbio, nem sempre sujeito à disciplina devida aos votos que recebera. Os nobiliários medievais indicam

pontualmente o modo de vida destas freiras, mais sujeitas aos costumes e motivações políticas das suas linhagens do que ao cumprimento da regra monástica. Curiosa a referência a uma das filhas de D. Vasco Lourenço da Cunha e de Tareja Pires (bisneta dos fundadores de Tarouquela, Ramiro e Ouruana), que permaneceu no anonimato, mas que o autor do *Livro velho de linhagens* fez perdurar por atos menos próprios (que apenas podemos imaginar): “huma touquinegra que nam foy boa” (Herculano, 1860: 158)¹ (touquinegra aludindo ao hábito beneditino). São muitas as abadessas que quebram os votos celibatários e agem em conformidade com interesses pessoais, conduzindo o mosteiro como uma coutada de vontades individuais e coletivas.

O caso mais flagrante é o de D. Aldonça Martins de Resende (Morais et al., 1673: 47)², documentada entre finais do século XIII e os primeiros anos do século XIV. Os nobiliários imputam-lhe uma ligação amorosa com Rui Martins do Casal, trovador, de quem teve duas filhas legitimadas por D. Dinis (Sotomayor-Pizarro, 1997). Da lista possível das abadessas de Tarouquela, que passamos a elencar, conhecemos alguns períodos de maior ou menor atividade, dada a documentação disponível e a sua ligação às elites locais e regionais (sempre condicionantes das relações do mosteiro aos vários poderes). Nesse sentido, são quase perceptíveis, a partir dos apelidos das abadessas, as várias fases do domínio de certas linhagens sobre Tarouquela: Urraca Viegas (documentada com certeza até 1198) (Correia et al., 1963); Maior Mendes (documentada entre 1255-1278) (Costa, 1979: 522-523); Aldonça Martins de Resende (documentada entre 1291-1349) (Sotomayor-Pizarro, 1997: 303-304; Saraiva, 2003: 813); Maria Martins de Moreira (documentada em 1357) (Sotomayor-Pizarro, 1997: 1040, 1042)³; Brites Gonçalves Pinto (documentada em 1445) (Morais et al., 1673: 442); Catarina Pinto (documentada entre 1473-1495)⁴; Leonor Pinto (documentada entre 1497-1506)⁵; Beatriz Pinto (documentada entre 1507-1531)⁶; Maria Ribeiro (documentada entre 1534-1536) e Maria de Melo, última abadessa de Tarouquela e primeira de São Bento de Avé-Maria (Porto)⁷.

Durante o abadessado de D. Urraca empreenderam-se as reformas acima referidas e as primeiras composições com o poder episcopal (e.g. 1171). Os bispos de Lamego dirimiram várias contendas entre Tarouquela e outros poderes, como a que sucedeu, em 1255, entre Tarouquela e Alpendorada⁸, ou a que eclodiu durante o governo de D. Aldonça, em 1300, sobre a posse de certos pardieiros no lugar de Covelas, concelho de Ferreiros de Tendais (Saraiva, 2003: 815-817). Esta abadessa foi, aliás, uma das mais ativas, com um longo período de gestão que lhe permitiu dispor de bens dentro do seu círculo familiar. Consigo parece ter cessado, em Tarouquela, o protagonismo dos Resendes, quase ao mesmo tempo do que sucedeu em “Cárquere”, onde jaz sepultado o seu sobrinho Vasco Martins de Resende.

1 Deve tratar-se de Teresa Vasques da Cunha que, segundo A. de Almeida Fernandes (Correia et al., 1963: 757), professou em Tarouquela no tempo de D. Dinis.

2 No título de “REZENDES”, Alão de Morais (1673: 47) di-la filha de Martim Afonso de Resende e de Constança Rodrigues, dizendo que houve duas filhas de Rui Martins do Casal.

3 Sobre o selo desta abadessa diz o autor ser “referido num diploma de 1300, e que, segundo supomos, se trata da mais antiga descrição da heráldica dos de Baião: “... o qual seelo se lha assi. S. Aldoncie Martini abbatissie de Tarouquela e tiinha en si duas ymagees de cabras huua [...] da outra soo outro e ygmagem de abadessa com bagoo”” (Sotomayor-Pizarro, 1997: 302, nota 52).

4 ANTT – OSB, Tarouquela, maço 25 (vários documentos) e Morais et al. (1673: 423).

5 ANTT – OSB, Tarouquela, maços 26 e 27 (vários documentos).

6 ANTT – OSB, Tarouquela, maços 27 e 28 (vários documentos) e Morais et al. (1673: 424).

7 Faleceu em 1580.

8 O conflito foi dirimido pelo bispo D. Egas Pais (García y García, 1982).

Porém, a acreditarmos na documentação disponível, fracionada e sujeita a deficientes leituras e incorretas datações (sem que um estudo do acervo original existente no Arquivo Distrital do Porto e na Torre do Tombo se enquadre neste ensaio), D. Urraca teria ainda assistido ao coutamento por ação de D. Sancho I, em 1224. Assim o indica a *Notícia da fundação do mosteiro de Tarouquela* diligentemente exarada no século XVIII pela escritvã de São Bento de Avé-Maria⁹. Com o couto constituído pela união das atuais freguesias de Tarouquela e Espadanedo vinha a regalia de confirmar juiz, eleito anualmente pelos fregueses, apresentar o padroado das igrejas e arrecadar as rendas da dizimaria e foros sabidos que se pagavam ao mosteiro.

Em 1312, ainda durante o abadessado de D. Aldonça, concluiu-se que o arcebispo de Santiago (Espanha) não havia de receber as colheitas devidas àquela igreja e três anos mais tarde, em 1315, D. Rodrigo terminou o litígio que havia encetado com Tarouquela por motivo semelhante, mas em relação à cátedra lamecense. O bispo de Lamego reconheceu o erro (o mosteiro estava isento) e retratou-se ante a madre¹⁰. Seguiu-se-lhe Maria Martins Moreira, filha de Martim Anes Moreira, senhor de muitos haveres no couto. Embora não conheçamos, com segurança, a ascendência desta abadessa (Lara e Fernandes, 1999:79-106), é natural que na cessação da influência dos Resendes, o abadessado fosse parar (ainda que temporariamente) a outra linha descendente dos fundadores, ou seja, familiares e padroeiros do mosteiro.

Com D. Brites Gonçalves “Pinta” o mosteiro de Tarouquela entraria na esfera de influência dos Pintos de Ferreiros de Tendais (ou de Chã, ou de Bestança, como são por vezes tratados) depois da segunda metade do século XV. Efetivamente, esta linhagem parece tomar de assalto o lugar principal do mosteiro, ao nele colocar as suas filhas. Sobrinhas sucedem às suas tias numa evidente “nepotização” do poder. Assim acontece com Catarina Pinto, Leonor Pinto e Beatriz Pinto, todas ligadas aos senhores de Paramos e padroeiros da igreja de Real, no vizinho termo de Paiva.

Muitos dos familiares acompanham as abadessas nos seus atos solenes, participando nos negócios imobiliários monásticos ou assistindo como testemunhas dos mesmos. Assim sucedeu, por exemplo, com a ratificação de um emprazamento, a 21 de março de 1487, onde esteve presente Álvaro Ribeiro, morador em Sobrado, sobrinho da abadessa Catarina Pinto¹¹. A aproximação ao Porto, mesmo antes da transferência das monjas para esta cidade em 1535, parece evidenciar-se nesta época, dadas as ligações destes Pintos às elites urbanas.

O século XV é já o período de canto do cisne do mosteiro, embora a documentação de teor enfitêutico nos permita vislumbrar um pouco do quotidiano que não diferiria muito do período medieval, pelo menos em atos e estratégias de aquisição e manutenção de património. Este

9 Aqui se indica que D. Urraca estava documentada em 1223, 1232 e 1239, “anos em que lhe fizeram doação do padroado da igreja da mesma freguesia os possuidores della “para nella fazer mosteiro de religiozas”. Ela própria teria feito doação de todos os seus bens ao novel complexo monástico em 1232. (ADP – Monásticos, São Bento da Avé Maria, *Livro da fundação do mosteiro de S. Bento de Ave-Maria*, fl. 10 v.º).

10 D. Aldonça deve ter-se havido e desejado para suste os ímpetos de certos fidalgos, herdeiros do mosteiro, como se infere da carta de D. Dinis dirigida a Vasco Martins, seu meirinho-mor, sobre “certos cavaleiros que chamávão herdeiros do ditto mosteiro lhe fazião mal, e força em seu Couto, filhandolhe serviços, e geiras assy como não devião, portanto lhe mandou, que se elle achasse, que os dittos Cavalleiros lhe fazião mal, e força ou lhe filhavão algua cousa do dito Couto sem rezão, lha fizesse aliar, e não sofresse, que dali em diante lhes fizessem de seu couto nenhua cousa sem rezão (...)” (ADP – Monásticos, São Bento da Avé Maria, *Livro da fundação do mosteiro de S. Bento de Ave-Maria*, fls. 73-73 v.º).

11 ANTT – OSB, Tarouquela, março 25.



Vista geral.

pecúlio, para além do couto, devidamente delimitado, como vimos, no reinado de Sancho I, incluía vários casais em Piães, Travanca, Nespereira, Espiunca, Alvarenga, Oliveira do Douro, São Cipriano, Eiriz, Sequeiros, e outros nos concelhos de Paiva e Benliver. As freiras administravam um celeiro em Pindelo (Nespereira, Cinfães) e uma adega em Tarouquela.

Os atos de renovação ou ratificação de prazos e outros negócios mundanos eram feitos na Igreja, ao som de campã tangida. Aí se reuniam a abadessa, professoras e mais donas do convento, segundo o seu costume, como referem os documentos. Assistiam ao ato, familiares, criados e outros funcionários, como procuradores, mordomos, ouvidores, o notário privado ou os clérigos ao serviço do mosteiro (geralmente os capelões ou a quem as monjas proviam nos seus padroados como o de Espadanedo). A sondagem que levámos a cabo para o período final da vida monástica em Tarouquela (1473-1536) permitiu-nos compreender um pouco melhor sobre as relações das abadessas com a gestão do espaço (mosteiro e Igreja) e território (couto e casais dispersos). São vários os agentes que dependem de Tarouquela e das suas donas, desde oficiais mecânicos¹², a nobres foreiros e, claro, os familiares, como Fernão Ribeiro, sobrinho de Catarina Pinto, que, em 1494, assiste como testemunha, sendo aí indicado como administrador da capela “deste logo de Tarouquela”¹³.

Em 1514 assinalam-se os primeiros reflexos da autofagia em que se revolveu este mosteiro, desde os seus primórdios – autofagia derivada do seu isolamento físico, da sua dimensão e do seu carácter intrinsecamente familiar. Já nem o hábito beneditino servia para reger os costumes

¹² Em 1482, assiste João Martins, sapateiro, de Fernelos; em 1498, Martim Álvares, alfaiate, morador no couto; em 1513, refere-se Afonso Anes, carpinteiro; notas extraídas da documentação consultada em ANTT – OSB, Tarouquela, maços 25 e 26.

¹³ ANTT – OSB, Tarouquela, maço 26 (doc. 1494, fev., 22).

das monjas tarouquelenses, como se infere da intervenção de D. Manuel I (1495-1521), que pede à abadessa de Arouca (da ordem de Cister) para sustentar aquela situação de desmazelo. A ligação a Arouca, apesar da diferença de regras, advirá da proximidade geográfica que permitia a vigilância e, a partir de determinada altura, a criação de um quase estatuto filial, em que Tarouquela permaneceu até à extinção. É, de resto, invocando o carácter ermo do local – onde “se faziam obras de pouco serviço de Deus” –, semelhante à localização e ao estado de outros institutos femininos (Vairão (Vila do Conde), Vila Cova (Vila Nova de Gaia), Tuías e Rio Tinto (Gondomar)), que o mesmo monarca os manda reduzir a uma só casa, a edificar no Porto.

Em Tarouquela, a notícia não foi bem recebida por quem, ou por brio ou conveniências, considerava a decisão inibidora da influência das velhas linhagens que o haviam fundado e mantido. Aliás, mais do que a transferência, notavam-se clivagens entre as próprias monjas, que deviam disputar o abadessado. Houve dissidências e apelações exaltadas que levaram à deposição de Branca Vieira e à admoestação da abadessa Maria Ribeiro, que foi, efetivamente, a última abadessa de Tarouquela.

Assistiu a este tumultuoso período o visitador cisterciense Dom Edme de Salieu quando, no percurso que realizou entre os mosteiros de Arouca e Salzedas (Tarouca), passou por Tarouquela. O seu relato é particularmente expressivo:

“Após atravessar o Paiva, [Dom Edme] veio dar a um lugar miserável chamado Tarouquela, onde foi tratado de acordo com a beatitude do lugar. Porém, a abadessa de Arouca tinha enviado atrás ele duas mulas carregadas de alimentos. § Neste local há um pequeno convento de freiras da ordem de São Bento, que fugiram durante a noite, temendo que o monsenhor, agindo sob os poderes que ele tinha recebido do rei, não as reformasse ou não as transferisse para outro mosteiro”¹⁴.

Em 1535, um ano antes da transferência, veio instalar-se no mosteiro uma regedora para serenar os ânimos e preparar a mudança¹⁵. A cisterciense, de Arouca, chamada D. Maria de Melo, acompanhou as professoras na viagem até ao Porto, seguindo na frente da procissão, que juntou as religiosas dos outros mosteiros, pelas ruas da cidade, no dia de reis de 1536. Foi a primeira abadessa de São Bento de Avé-Maria e faleceu em 1580¹⁶.

14 Tradução do francês da nossa autoria (Bronserval, 1970). M. Gonçalves da Costa (1984: 619) fez a leitura errada, afirmando que o medo das freiras de Tarouquela era que o visitador as reformasse e transferisse daquele mosteiro.

15 A crónica de fundação do mosteiro de São Bento de Avé-Maria alude, com palavras laudatórias, a D. Maria de Melo. Escolhida por D. João III para primeira abadessa de São Bento de Avé-Maria, D. Maria de Melo “da illustrissima familia dos Mellos, huma das mais antigas do Reino, que havia tomado o Habito e professado no Real Mosteiro de Arouca da Ordem de Sam Bernardo; pessoa tão cheia de Virtudes, e de merecimentos, como era percizo, para governar quatro Rebanhos de Esposa de Christo, que de quatro Montanhas se vinhão ajuntar neste novo Paraízo; e que não tendo ainda quarenta annos de idade havia sido eleita para Prelada Regente do Mosteiro de Santa Maria Mayor de Tarouquela / que por causa de hua Eleição padecia notavel tempestade de inquietações, que Ella Serenou com a sua grande virtude, prudencia, modestia, e dispoziçam, por ser muito afavel para todas, discreta sem presumpção; humilde sem fingimento; e formozza sem melindre; pondo tudo em paz, e socêgo (...)” (ADP – Monásticos, São Bento da Avé Maria, *Livro da fundação do mosteiro de S. Bento de Ave-Maria*, fl. 5 v.º).

16 O autor do *Agiologio lusitano*, Jorge Cardoso (1666: 572), imputa-lhe perfil de santidade, como consta de uma relação de 1659 que lhe foi entregue e que pretendia aclarar sobre a virtuosidade da abadessa.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL

Assim, embora a fundação do mosteiro de Santa Maria de Tarouquela remonte ao século XII, os testemunhos românicos remanescentes na Igreja apontam-nos para uma cronologia mais recente, já de inícios do século seguinte. Além disso, Mário Barroca identificou uma epígrafe, reaproveitada no cunhal sudeste da torre sineira, que nos remete para o ano de 1214 (Barroca, 2000: 674-675): E(ra) M e e / 2 II.

Segundo este autor, embora esteja deslocada do seu primitivo contexto, esta epígrafe poderá ser comemorativa da sagração ou de alguma fase construtiva do templo. Estamos diante de uma tipologia – “datationes” – cujo letreiro tem de ser interpretado como indicador de uma fase das obras do edifício, na medida em que esta apenas nos fornece uma data (Huerta Huerta, 2004: 43). Na maior parte dos casos esta tipologia de inscrições não esclarece, por isso, a natureza do evento que pretendia comemorar ou, tão somente, assinalar (Barroca, 2000: 321).

No entanto, embora a inscrição de Tarouquela tenha sido reaproveitada num corpo da Igreja edificado na Época Moderna, Mário Barroca chama a nossa atenção para o espaço voltado ao exterior compreendido entre o primeiro contraforte do lado norte da capela-mor e o arranque da parede da nave (Barroca, 2000: 674). Aqui encontra-se o resto de uma inscrição onde apenas é possível ler um “E”, com o segmento de reta a indicar a presença de uma abreviatura e que deve ser, por isso, desdobrada em Era.

De um modo geral, a construção românica tinha início na cabeceira, o coração do templo. Não é garantido que se possa associar a data exarada no silhar reaproveitado na torre à fábrica românica da cabeceira de Tarouquela (Barroca, 2000: 674-675). No entanto, é possível identificar na capela-mor diversos sinais que indiciam que a sua edificação sofreu pelo menos uma interrupção, certamente fruto de dificuldades económicas, como veremos mais adiante. Além disso, a ampliação a que foi sujeita durante a Época Moderna, alongando-a, pode explicar o facto de o silhar com a data de 1214 se encontrar, tal como o silhar que ostenta apenas o “E”, fora de contexto.

Assim sendo, segundo esta proposta de Mário Barroca, o início da obra românica teria sido da responsabilidade de D. Urraca Viegas, documentada viva em 1232 e a quem se ficou a dever a mudança do mosteiro para o ramo feminino.

Creemos que esta tese encontra fundamento quer ao nível histórico, quer ao nível artístico. Não nos podemos esquecer de que a transição do século XII para o século XIII está bastante bem documentada para Tarouquela, mostrando-se um período bastante rico ao nível da sucessão de acontecimentos. Além disso, sabendo nós que, pelo menos, desde 1162 havia “Convento em Tarouquella, em que se guardava a Régra de Santo Agostinho” (Viterbo, 1865: 84), é muito provável que num momento áureo (e que pode precisamente ser coincidente com a introdução da regra de São Bento e do ramo feminino no início da década de 1190) se comesse a transformar ou a reedificar um edifício anterior. Na ausência de fontes documentais mais esclarecedoras, só a realização de estudos arqueológicos concretos nos permitirão clarificar esta questão. Todavia, a presença de motivos escultóricos de épocas diferentes tem induzido a pensar que esta cabeceira resulta, de facto, da ampliação ou da reconstrução de uma primitiva Igreja, mais pequena (Graf, 1986: 274).

A estética que ainda encontramos na cabeceira de Tarouquela fala-nos de um românico sedimentado, que vivia entre nós a sua plenitude, conjugando diversas correntes plásticas, casando-as naquela que tem vindo a ser considerada como um dos melhores exemplares da arquitetura da época. Somos assim da opinião de que o início da construção teve lugar na transição do século XII para o século XIII.

Retangular, a cabeceira de Tarouquela sofreu durante a Época Moderna, no século XVII ou XVIII, um acrescento para assim poder acolher o retábulo-mor, embora se tenha reaproveitado o aparelho românico, conforme atestam as muitas siglas visíveis no exterior da parede testeira. A par da espessura dos muros, a existência de contrafortes nos alçados laterais levou Pedro Vitorino a questionar se esta não teria sido abobadada e, se assim fosse, talvez tivesse sido desmontada nessa ocasião (Vitorino, 1932: 393). Outros autores também defendem que esta poderá ter sido realizada em parte ou na totalidade e, posteriormente, suprimida (Graf, 1986: 274). No entanto, somos da opinião de que Tarouquela nunca terá recebido abóbada de pedraria na capela-mor, pois, embora se tenha previsto a sua construção, uma interrupção na fábrica construtiva foi suficiente para que se tenha alterado esta intenção inicial. Além disso, são conhecidos entre nós diversos exemplos de ampliações de cabeceiras românicas feitas na Época Moderna – recorde-se o exemplo geograficamente próximo de Barrô (Resende) – em que não só se manteve o abobadamento original, como também se procurou dar uma continuidade formal ao mesmo aquando da ampliação espacial. Uma análise atenta do alçado sul, hoje oculto pela capela funerária trecentista, faz-nos pressentir a existência de diversas transformações ao nível murário, atestadas pela irregularidade do seu aparelho (Graf, 1986: 275) e, particularmente, pela evidente interrupção do contraforte.

196



Fachada norte.



Capela de São João Baptista
(atual sacristia).

Significativo é o facto de, tanto interna como externamente, a capela-mor de Tarouquela ser uma das obras da nossa arquitetura românica com maior densidade ornamental, dando-nos uma amostragem da riqueza decorativa, indígena, densa, volumosa e com os aspetos barroquizantes que esta alcançou entre nós (Almeida, 1986: 106). Os seus alçados laterais ostentam ainda uma composição ornamental feita em dois andares de arcadas, divididas por largo friso com enrolamentos relevados. Cegas no registo inferior, no superior enquadram elaboradas frestas, muito abertas, com fustes decorados.

A persistência de grande parte da ornamentação românica na cabeceira faz-nos ter uma ideia do “barroquismo” que esteve associado a esta edificação, extremamente rica, onde certamente imperava um “horror ao vazio”. Recorde-se a constante ligação deste mosteiro às mais representativas linhagens da região. A fresta que ainda conserva a totalidade dos seus elementos, cujo exterior é visível a partir da capela funerária gótica que, no século XIV, foi anexada ao lado sul da cabeceira de Tarouquela, apresenta uma densa decoração, tratada quase à maneira de pequeno portal. A julgar pelo seu aspeto, pode-se afirmar com segurança que a riqueza decorativa das antigas frestas deveria ser verdadeiramente surpreendente, tanto mais que Tarouquela não era, como se viu, uma simples igreja abacial (Graf, 1986: 274).

No exterior, duas arquivoltas profusamente decoradas, a externa com entrelaçados e a interior com zigzague, são sustentadas por colunas ricamente trabalhadas. Sendo as interiores torsas, é, no entanto, ao nível dos capitéis historiados que se deve concentrar a nossa atenção. Se do lado esquerdo do observador identificamos motivos vegetalistas e o tema dos animais afrontados na esquina do capitel, já do outro lado encontramos uma representação muito comum no românico português. Trata-se, pois, do tema do homem que, de cabeça para baixo, é devorado por quadrúpedes. A título de exemplo, o padre Manuel de Aguiar Barreiros, ao identificar este tema no arco triunfal de São Cláudio de Nogueira (Viana do Castelo), identifica aqui a ideia

197



Capela-mor.



Capela de São João Baptista. Fresta.



Capela de São João Baptista. Fresta. Capitel.

simbólica do castigo dos vícios, especificando que este motivo “não é mais do que uma adaptação mythológica a um ensinamento moral, emparceira de feição com outros de que faziam uso frequente os artistas medievais” (Barreiros, 1906: 18).

É bem conhecido o facto de que a escultura românica tem uma mensagem intencional, particularmente naquela que se faz representar no exterior dos templos. A interpretação do simbolismo de temas historiados é bastante recente entre nós¹⁷. Mas, de um modo geral, não nos podemos esquecer que na época românica era comum a conotação da igreja, espaço sacro por excelência, com a Casa de Deus. Daí o cuidado posto na sua ornamentação que, de um modo geral, surge ao nível dos vãos de acesso, nobilitando-os, mas conferindo-lhes também uma função pedagógica quando aí se fazem representar conjuntos historiados. O caso particular desta fresta recorda-nos a importância que a mentalidade do tempo atribuía às aberturas dos edifícios por onde entrava a luz e outras “influências” (Almeida, 1986: 48).

Acrescente-se, ainda, que este tema tem vindo a ser assumido pela historiografia da matéria como de origem beneditina (Graf, 1986), o que se torna compreensível em Tarouquela se recordarmos que as monjas professavam a regra de São Bento. Mas, tendo em conta o distanciamento geográfico de Braga, a existência desta influência artística apenas se justifica em Tarouquela por intermédio de uma instituição portadora das formas (Santa Escolástica, 1954: 211). Foi com grande facilidade que toda uma série de temáticas de origem cluniacense – os

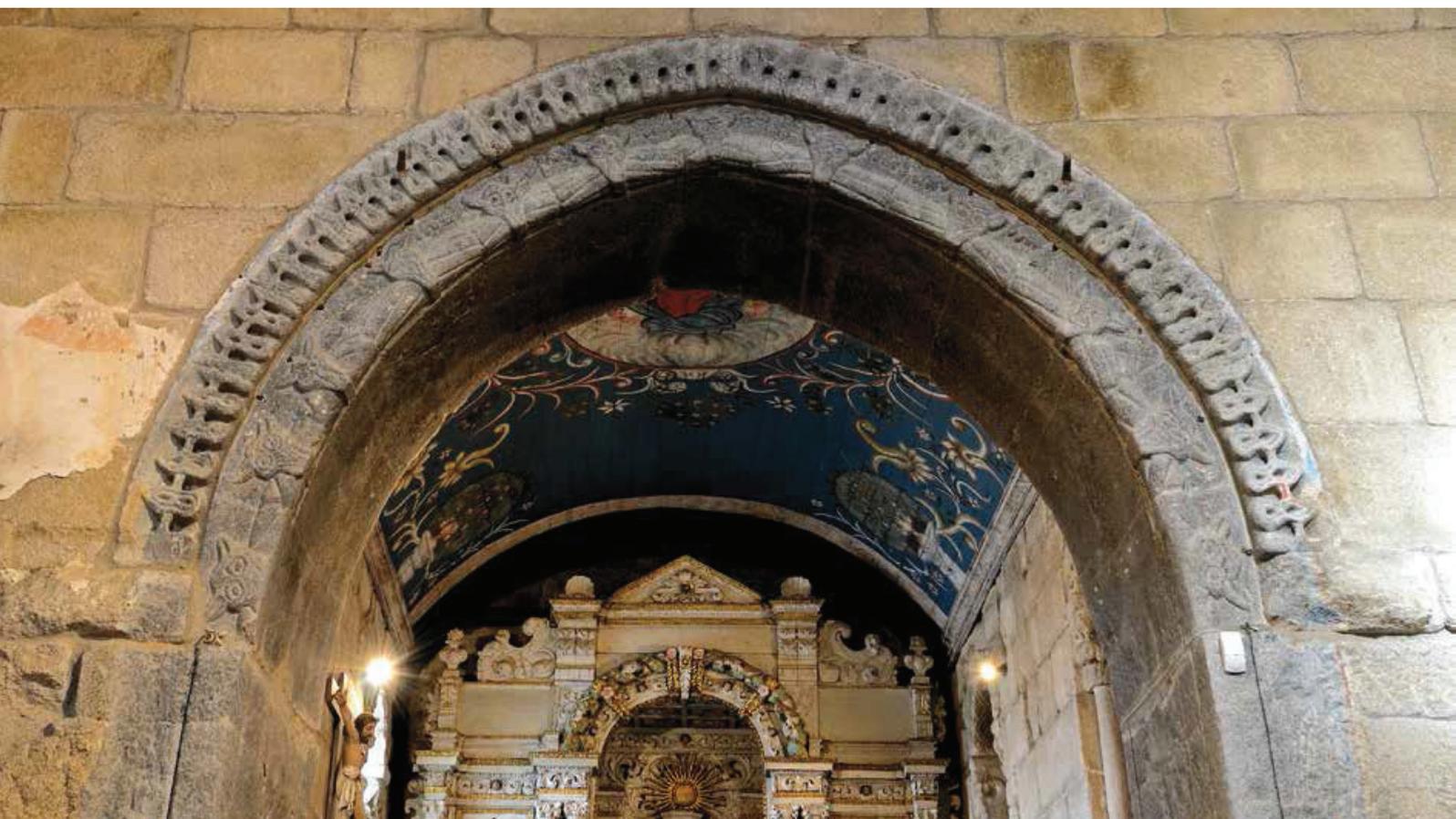
¹⁷ Sobre o assunto veja-se Botelho (2010: 252 e ss).

animais antitéticos, os dois homens com uma só cabeça, as serpentes, o tema da sereia e o tema do homem entre duas aves, além, naturalmente, dos corações invertidos e de toda uma gama de motivos de natureza geométrica – foi absorvida e representada por artistas autóctones. Daí o sabor algo regional que encontramos ao nível da técnica escultórica desta Igreja de Tarouquela. Uma análise atenta aos motivos decorativos de Tarouquela permite-nos identificar, além do já referido tema do homem a ser devorado por animais no capitel exterior da janela da abside, a presença de outros motivos cuja origem, entre nós, pode ser encontrada naquilo a que se tem vindo a designar como o românico do eixo Braga-Rates¹⁸.

Exemplo significativo desta influência é o facto curioso de nos surgir o tema das chamadas *beak-heads* numa das arquivoltas do arco triunfal, caso único em Portugal. Estes animais uniafrontados, feitos com pouca modelação e carregados de grafismos, são um motivo de importação anglo-saxónica e que, segundo Manuel Real, alcançou uma larga difusão entre nós, fruto da ação beneditina disseminada através de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim) (Real, 1982: 59-60). Apresentando uma clara familiaridade com as figuras representadas no portal da torre de Travanca (Amarante) e na fresta do panteão dos Resendes em Cárquere (Resende), em vez das tradicionais cabeças de pássaro encontramos em Tarouquela cabeças de tigres ou de lobos (Graf, 1986: 274). A propósito do arco triunfal, refira-se que Carlos Alberto Ferreira de Almeida é da opinião de que este apresenta uma cronologia mais tardia e que coloca já no segundo quartel do século XIII (Almeida, 1986: 107). Para sugerir esta cronologia, o autor fundamenta-se no facto de que este arco triunfal não apresenta colunas, apoiando-se antes diretamente sobre os pés-direitos. No entanto, tendo em conta a composição dos portais da Igreja, que abordaremos mais adiante, somos antes da opinião de que é possível que este arco tenha sido transformado num qualquer momento, tendo em conta a diferente dimensão dos silhares, o que explica o desalinamento existente entre os do pé-direito e os das arquivoltas. Além disso, recorde-se a possibilidade, atrás debatida, de ter sido a cabeceira concluída e/ou sagrada em 1214, conforme propôs Mário Barroca. Uma análise atenta aos motivos esculpidos no arco triunfal permite-nos ver vestígios de policromia: branco, azul e vermelho. A festa da cor na arquitetura românica.

Enquanto Casa de Deus que é, os mentores desta Igreja monástica procuraram, através dos cachorros, representar as fraquezas humanas. Assim, chamamos a atenção para um cachorro que se encontra no alçado sul da cabeceira, visível através da capela de São João Baptista. Trata-se de um homem acorado, representado nu, mas com a mão esquerda nos órgãos genitais. A iconografia sexual na escultura românica tem sido pouco trabalhada entre nós. No entanto, seguindo uma proposta de Jaime Nuño González (2006: 203), estaremos diante da representação de um homem solitário numa atitude exibicionista? É comum ao românico europeu a iconografia com temas provocatórios e obscenos, embora sejam muito frequentes temas menos explícitos, mas igualmente alusivos ao pecado da luxúria como as sereias, as mulheres acompanhadas de serpentes ou estas últimas sozinhas (Nuño González, 2006: 203). O “exibicionista” de Tarouquela surge, ainda, ao modo de atlante, a suportar a parte superior do cachorro e que, por ter a mão direita no rosto, pode ser aproximado, embora numa versão mais tímida, a um cachorro

18 Sobre o assunto veja-se Botelho (2010: 432 e ss).



Arco triunfal.

desta tipologia identificado na igreja espanhola de San Martín de Elines (Valderredible, Cantábria) (Nuño González, 2006: 206).

Estando a cabeceira construída, era comum que se procedesse à sua dedicação/sagração. Mário Barroca explica-nos bem como funcionava este ritual, documentado no ocidente cristão desde o século VI (Barroca, 2000: 313-314). A cerimónia da dedicação de uma igreja compreendia, numa primeira fase, a bênção e purificação do edifício com água benta, espargida pelo bispo em três voltas que dava ao templo. Depois, o bispo entrava na igreja, apenas acompanhado dos religiosos, e desenhava, no centro do templo, no chão, sobre cinzas depositadas, uma cruz em aspa (o “X” do alfabeto latino), direcionada para os quatro ângulos do templo, sobre a qual escrevia, com o auxílio do báculo, a primeira e última letra do alfabeto grego (o Alfa e o Ómega).

De seguida, o bispo ungia a mesa do altar em cinco pontos e espargia água benta pelos muros do templo, agora em cada face interna destes, para depor depois, num dos momentos mais altos da cerimónia, as relíquias no pé de altar. O *loculus*, assim como a tampa que encerraria o tabernáculo, era ungido e benzido pelo bispo, sendo no seu fundo colocada uma argamassa preparada previamente pelo prelado, sobre a qual eram depositadas as relíquias. Depois de ungir a tampa que encerra o tabernáculo e de se lacrar o relicário do altar, o bispo procedia à unção das doze cruzes de sagração, gravadas nas paredes do templo, regressando de novo ao altar para colocar, sobre os cinco pontos previamente ungidos, cinco grãos de incenso e cinco velas, benzendo-se de seguida e incensando-se. Por fim, celebrava-se a missa solene, à qual já assistiam os fiéis.



Capela de São João Baptista.
Cachorro. *Exibicionista*.

Não se confunda, no entanto, esta cerimónia com a da sagração que implica a deposição de relíquias de diversos santos, nomeadamente do patrono do templo. Frequentemente, as cerimónias confundem-se, porque são, de um modo geral, coincidentes. Com a deposição das relíquias o espaço do templo é sagrado, mas a partir do momento em que o bispo percorre o interior da igreja com orações, unge solenemente as doze cruzes da sagração, esparge os fumos do incenso e quando traça no solo a cruz em aspa com o Alfa e o Ómega, o espaço passa a ser, deste modo, sagrado.

Assim, se a data de 1214 pretendesse indicar o ato da dedicação, este acontecimento fulcral da vida de um qualquer edifício religioso, ela acabaria por nos remeter, conseqüentemente, para o momento, se não da conclusão da Igreja na sua totalidade, pelo menos para o da abertura da cabeceira ao culto. E este aspeto é tanto mais significativo quanto, recentemente, foi posto a descoberto na capela-mor o altar de sagração, com respetivo tabernáculo na parte superior. Este elemento poderá passar despercebido pelo facto de servir atualmente de suporte a uma imagem de São Bento de Núrsia. Trata-se de um pé de altar em granito, retangular e monolítico, ostentando na sua face frontal uma cruz patada, modelo muito querido à época românica e muito utilizado enquanto cruz de sagração.

O ritmo construtivo do resto da Igreja poderia ser já mais lento, consoante a disponibilidade financeira, técnica e humana daqueles que construía o templo. No entanto, aqui em Tarouquela e ao que tudo indica, a nave foi construída num tempo cronologicamente muito próximo ao da cabeceira, conforme atestam as cruzes de sagração das paredes. A nave é iluminada por duas frestas de grande amplitude de cada lado, assentes sobre friso, e por duas amplas janelas de volta perfeita, rasgadas sobre o arco triunfal. No entanto, a estética adotada ao nível dos portais fala-nos já da aproximação de um novo período artístico pelo facto de as suas arquivoltas, já quebradas, se apresentarem lisas, com as arestas facetadas. No entanto, a presença de colunas e de tímpanos fala-nos ainda da persistência da plástica românica.

O portal principal de Tarouquela tem vindo a ser considerado como um dos mais curiosos exemplares da arquitetura da época românica em Portugal. A sua qualidade escultórica tem sido bem reconhecida. Dotado com capitéis historiados, onde se identificam figuras humanas e animais, as justas proporções dos corpos, a fidelidade com que foram representados os seus movimentos e a equilibrada distribuição das suas figuras, acusam a mão de um grande mestre (Graf, 1986: 273).

Este portal mostra ainda “um homem hercúleo agachado, e uma cabeça de bezerro, de um vigor semelhante aos cachorros do tímpano da porta do Perdão de Santo Isidoro (Leão)” (Vitorino, 1932: 390). Enchendo todo o campo do tímpano, uma flor-de-lis aberta em sulco remete-nos imediatamente para a simbologia mariana (Vitorino, 1941: 14). Sendo que a flor-de-lis, em termos heráldicos, não é mais do que um adorno em forma de lírio estilizado, coube-lhe também um significado religioso, associado à pureza, virgindade e perfeição, pelo que é comum surgir enquanto elemento iconográfico da Virgem, pelo menos desde o século XII. Assim, segundo Pedro Vitorino, “sendo a igreja de Tarouquela dedicada a Nossa Senhora, pode bem aceitar-se o lis do tímpano como a sua representação simbólica” (Vitorino, 1932: 391).



Capela-mor. Parede do lado da Epístola. Pé de altar.



Fachada ocidental. Portal.

Mas são as duas figuras guardiãs do portal, popularmente conhecidas como “cão de Tarouquela”, que mais tinta têm feito correr. Colocados sobre o prolongamento das impostas, de cada lado do portal, nestas esculturas de vulto representaram-se dois quadrúpedes de cujas mandíbulas pendem corpos humanos nus, presos pelas pernas. Conforme nos recorda Armando de Mattos (1899-1953), é na tradição oriental e síria que devemos procurar a origem da postura devoradora destes animais, o conjunto decorativo e inicialmente simbólico dos animais afrontados, que chegou ao ocidente através de Bizâncio, e a sua utilização ao serviço da simbólica românica derivada do fantástico mundo zoológico dos bestiários medievais (Mattos, 1949: 67). Repetindo a temática do capitel da fresta da capela-mor, embora noutra escala, estas figuras têm um evidente caráter apotropaico.

A etimologia grega da palavra *αποτρέπειν* (apotrépein) significa remover. É, pois, através dos mais diversos meios que a época românica vai procurar afastar o mal. O culto das relíquias, cujo poder apotropaico era absoluto, tão querido que foi a esta época, testemunha bem essa vontade (e necessidade) em afastar as forças malignas (Almeida, 1978: 223). Estas relíquias eram então passeadas pelos campos ou aldeias como a mais salutar solução para afugentar as forças dos males. Também surgem sinais de cristianização ou apotropaicos, apresentados por meio de cruzes e de outros sinais “amuletifformes”, gravados em penedos e estrategicamente posicionados nos lugares donde viessem as más influências e os altos que dominavam a povoação (Almeida, 1981: 207). Mas é ao nível das cruzes, dos animais terríficos e de todo um conjunto de elementos posicionados ao nível dos portais das igrejas românicas que os males são afastados, ou melhor, ficam no exterior deste espaço sagrado entendido como a Jerusalém Celeste.



Fachada ocidental. Portal. Capitéis.

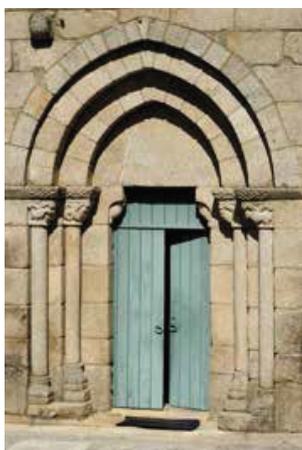


Fachada ocidental. Portal. "Cão de Tarouquela".

Encontramos paralelos entre estas figuras guardiãs de Tarouquela e os leões guardiões do portal principal de São Pedro das Águias (Tabuaço) ou o tetramorfo que em São Pedro de Rates surge a suportar as duas arcadas decoradas, sobre a linha dos ábacos que rematam os capitéis das colunas do portal principal. Todos eles assumem uma função claramente apotropaica, de afastamento do mal.

203

Mais simples, o portal sul, além de apresentar uma estrutura idêntica ao principal, ostenta um tímpano liso, aqui suportado por duas aves, parecendo a da esquerda um mocho e a oposta um pelicano. Os capitéis, mais bem conservados, são de excelente execução. Simplificados, os motivos foram extraídos do repertório da arte românica beneditina (Graf, 1986: 273): duas aves debicam de uma mesma taça na esquina do capitel, duas serpentes enrolam-se ou, então, dois quadrúpedes lutam com uma serpente. Nas impostas encontramos o motivo que Joaquim de Vasconcelos identificou com o n.º 6 ("elypses e círculos em movimento duplo; cordas") no seu inventário de "Formas ornamentaes extrahidas dos monumentos e classificadas segundo a sua analogia" e assim descrito (Vasconcelos e Abreu, 1918: 70).



Fachada sul. Nave. Portal.

A capela gótica de São João Baptista

A dossada à fachada sul da capela-mor, a construção desta capela acabou por proteger do desgaste das intempéries significativos testemunhos românicos, como a rica fresta ornamentada ou um elaborado conjunto de cachorros, por nós já analisados. Embora alguns autores ainda a classifiquem como sendo de “estilo de transição” (Vitorino, 1932: 395), a verdade é que esta se enquadra antes dentro de uma corrente de construções góticas, mas de sabor arcaizante e que muito se afirmou nas comarcas de Entre-Douro e Minho, de Trás-os-Montes e da Beira (Dias, 1994: 151 e ss).

Com planta retangular irregular, o seu portal fala-nos de um “gótico rural”: sem tímpano, ostenta uma arquivolta quebrada com decoração fitomórfica arcaizante e apoia-se diretamente sobre as impostas dos pés-direitos. A cachorrada é simples, com decoração de recorte uniforme, mas animada ao modo de dois toros.

Enquanto espaço funerário possui ainda sepulturas rasas ao nível do pavimento e, até 1980, guardaria pelo menos duas das três arcas sepulcrais que atualmente se podem apreciar no seu exterior. São sarcófagos monolíticos em granito com tampa definindo duas águas. Sem qualquer inscrição, ostentam, no entanto, símbolos alusivos à identificação e estatuto de quem nelas foi sepultado: uma espada, pés de milho e um báculo.

A construção desta capela deverá remontar à data da instituição de um vínculo por Vasco Lourenço, no tempo de D. João II (r. 1481-1495) (Dias, 1994: 157)¹⁹, que a dotou com legados bastantes para assegurar 100 missas anuais perpétuas e duas semanais à conta dos administradores (Costa, 1984: 528). Em 1494 superintendia na sua administração um sobrinho da abadessa Catarina Pinto, de seu nome Fernão Ribeiro, como atrás vimos, e, em 1713, o padre Manuel Coelho Peixoto, do lugar do Souto (freguesia de Espadanedo)²⁰. Entre cada um dos nomeados apenas podemos conjecturar eventuais ligações familiares com base nas fontes genealógicas existentes (nem sempre fiáveis).

Com alguma segurança podemos admitir a sucessão que Felgueiras Gaio apresenta para a administração da capela de São João Baptista de Tarouquela a partir de João Coelho da Cunha, filho de Aleixo Coelho Peixoto e Catarina da Cunha Soares (Gaio, 1938-1941). Sucedeu-lhe o filho Manuel Coelho da Cunha; a este, Manuel Coelho Peixoto e, em 1726, é referido como administrador Carlos da Cunha, morgado de São Vicente do Pinheiro²¹. Finalmente, em 1758 e segundo o reitor de Tarouquela, a administração recaía em Patrício Manuel Coelho Peixoto (Sarmiento, 1758).

¹⁹ Deve tratar-se de Vasco Lourenço da Cunha, casado com Teresa Pires Portugal, descendente dos padroeiros do mosteiro de Tarouquela. Através da descendência deste casal correu a administração da capela de São João até Fernão Ribeiro (século XVI) e depois pelos Peixotos e morgados de São Vicente (Sotomayor-Pizarro, 1997: 354).

²⁰ ADP – Monásticos, São Bento de Avé Maria, *Index dos tombos de santa Maria de tarouquella* (...), 1713, fl. 1: *Reconhecimento que se fez da Capella da invocação de S. João batista, que está contigua com a capella mayor* (...).

²¹ Morava na diocese do Porto, provavelmente em Melres (Gondomar), onde casou com D. Joana Maria de Macedo e Melo (Costa, 1984: 528).



Capela de São João Baptista.



Os últimos administradores do vínculo foram Manuel Nicolau Esteves Negrão e sua mulher, D. Teodora Correia Montenegro, que, em 1812, requereram a D. João VI a abolição do encargo. Devia ser, aliás, D. Teodora a legítima herdeira da administração do vínculo, pois descendia dos Coelhos Peixotos atrás mencionados.

Sobre os túmulos, quer os rasos, quer as arcas, houve já tentativas de datação e interpretação heráldica. A primeira foi da autoria de Pedro Vitorino que, em 1932, sobre a informação do cónego Correia Pinto, viu na capela de São João de Tarouquela “uma pedra sepulcral em relevo” com “um escudo português, esquartelado, com flores de lis e cabras, assente sobre uma espada e encimado por uma cruz processional do século XV”. Armando de Mattos, em 1943, refutou a leitura e sugeriu que as flores-de-lis fossem pés-de-milho, tratando-se, assim, da representação falante dos Milhaços, e as cabras, no segundo e terceiro quartéis do escudo, se referiam aos Geraldês (Mattos, 1943: 62 e ss). Porém, a documentação disponível para Tarouquela é omissa no concernente à nomeação destes apelidos, que Armando de Mattos relaciona com Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses) e Paço de Sousa (Penafiel), onde ocorrem representações heráldicas semelhantes. O autor justifica-se dizendo que os testemunhos figurativos eram suficientes para aquilatar da ligação do espaço à linhagem dos Milhaços²². Esta, porém, a ter existido ou a ter auferido da importância que lhe é atribuída, parece ter desaparecido da onomástica familiar, pois que os descendentes do instituidor da capela e dos tumulados ostentaram apelidos diversos.

206



Fachada oriental. Sarcófagos.

²² O padre Alfredo Pimenta, que foi também historiador e parouquiou esta freguesia, corrobora em parte a opinião de Armando de Mattos na sua obra *Brasões de Cinfães*. Segundo este, o escudo esquartelado seria o brasão de Milhaços pleno, mas com alterações à representação apresentada no *Livro antigo dos reis d'armas* (1.º quartel, 1 pé-de-milho, 2.º e 3.º, três rosas, e 4.º, uma cabra passante). Porém, também ele, como Armando de Mattos, não explica a ausência de referências a este apelido na documentação (Pimenta, 1976).

O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA



Capela-mor. Retábulo-mor do lado do Evangelho. Escultura. *Virgem do Leite*.

Se nos cingirmos ao cumprimento dos limites cronológicos impostos para a Idade Média, diremos então que entre 1453 e 1536, ano da transferência para o Porto, são quase impercetíveis as modificações no espaço arquitetónico ou o investimento das monjas em património móvel ou integrado. As maiores alterações pertencem já ao período barroco e surgem no contexto de administração externa, a partir de São Bento de Avé-Maria.

Porém, um dos elementos mais notáveis desta Igreja, e que foi aqui introduzido durante um dos primeiros abadessados do período moderno, é a escultura da Virgem entronizada amamentando o Menino Jesus, que pretende representar Santa Maria, a Maior, epíteto gizado durante a Idade Média para salientar a Virgem de outras Marias, como Maria Madalena. Esta Virgem do Leite, escultura em médio-relevo, proveniente de uma oficina de Bruxelas (ou produção de Malines), foi datada de cerca de 1500 por Pedro Dias e considerada por este autor como “uma das mais belas peças de escultura do Norte da Europa que se conservam em Portugal” (Dias, 2000). Como compreendê-la em Tarouquela, arredada dos centros litorais onde primeiramente aportavam estas peças de arte religiosa, à mão das rotas comerciais portuguesas para a zona da Flandres? Reportando ao mesmo autor, que confessa desconhecer a história da peça, também nós, embora envidando esforços para o contrariar, não lográmos resgatar da documentação qualquer informação sobre a sua proveniência ou encomenda. Contudo, na posse dos elementos históricos e biográficos sobre as abadessas de finais do século XV e inícios do século XVI, podemos adiantar alguns elementos capazes de lançarem luz sobre o percurso de tão extraordinária peça.

Dada a sua datação, com a qual concordamos, a imagem desta Virgem do Leite deve ter integrado diretamente o espólio ou do mosteiro ou de uma das abadessas, que poderia ser qualquer uma das três “Pintas”: Catarina, Leonor e Beatriz, todas da mesma família, dos senhores de Paramos e padroeiros de Real. Nesta família e nas suas ligações ao patriciado urbano²³ do Porto, podemos encontrar a explicação para a presença de tão “inusitada” escultura. São frequentes os contactos com a cidade e necessariamente com o seu mercado de importações, através de conhecimentos sobre os quais, infelizmente, apenas podemos conjeturar. Ficam, porém, alguns dados que podem enquadrar a presença da escultura de Santa Maria, a Maior.

Segundo Alão de Moraes, D. Catarina Pinta, pousando em casa de seu sobrinho Aires Pinto, assinou o emprazamento de um casal em Figueiredo no ano de 1490. Também em 1531, Bastião Álvares, sapateiro e procurador da abadessa de Tarouquela, D. Beatriz Pinto, assiste a um negócio do mosteiro na cidade do Porto na “rua dos Marcadores da dita cidade, dentro das Casas da morada da muyto honrada mecja lopez dazevedo Dona veuva mulher que foj de António pjnto cavalleiro da cassa dellrej”²⁴. As relações das abadessas, quer através dos seus fo-

²³ Para utilizar a expressão de Pedro de Brito (1997), que nos fornece algumas notícias sobre a família Pinto Ribeiro, a que pertenciam as últimas abadessas de Tarouquela.

²⁴ ANTT – OSB, Tarouquela, maço 28, n.º 19.

reiros, quer através dos seus familiares, estão, pois, longe de se limitarem ao vale do Douro, nomeadamente ao couro de Tarouquela e demais domínios na região de Montemuro. Os Pintos e os Ribeiros, com quem se aparentavam, constituíam um importante clã de cidadãos do Porto, com interesses dominiais e oficiais e ligações a várias famílias da administração municipal e mesmo dentro da esfera mercantil. Decerto contactariam com os Brandões (a quem estavam entregues interesses comerciais na Flandres e depois na Índia) e não deixariam de unir-se aos Rebels e aos Madureiras, cada uma destas famílias com evidentes negócios vinícolas no Douro – onde, de resto, os Pintos detinham e administravam vastos direitos e propriedades. Neste contexto familiar (e de “gosto”) não é, pois, difícil supor a aquisição da escultura da Virgem do Leite, como a de tantas obras devidamente documentadas para a época²⁵.

A peça em si, não obstante o seu trajeto até Tarouquela, acarreta um sentido muito maior do que aquele que o autor, conscientemente, lhe legou. Em termos plásticos, esta escultura insere-se num campo de produção que acusa os modelos estéticos flamengos e apela, iconograficamente, para um cruzamento de idades e espiritualidades: ao hieratismo medieval da posição majestática, junta-se um virtuosismo que antevê a piedade moderna. Embora este tipo de representação venha a ser travado em Trento (Itália), tal não impediu, *a posteriori*, a criação de grandes santuários marianos centrados em Virgens do Leite, como os dois exemplos, próximos a Tarouquela, da Virgem das Cales, em São Cristóvão de Nogueira (Cinfães), e o caso paradigmático dos Remédios, em Lamego.

Abandonado o complexo monástico, em 1536, Tarouquela passou a constituir uma simples igreja do padroado de São Bento de Avé-Maria. E, embora o novo mosteiro do Porto tenha congregado em si a administração e na esfera desta alguns artistas do velho couro, apenas a Igreja paroquial sobreviveu à transferência do capital humano que durante quase cinco séculos a ela assistiu.

Em 1713, no reconhecimento que foi feito para tombamento das propriedades pertencentes a Tarouquela, apenas se referem os passais e a casa da residência, descritas pelo reitor de então, Manuel Gomes de Sá. Em 1758 já quase não existiam vestígios do espaço monástico: “só hum tumulto de pedra, donde foi sepultada huma abbadeça”. Neste ano, o reitor José Carlos de Moraes Sarmiento dá-nos uma breve descrição do espaço eclesial (Sarmiento, 1758).

Assinala cinco altares: o retábulo maior, “com a Senhora na tribuna”, um altar dedicado a Cristo crucificado, outro onde se venerava a Virgem do Carmo, outro de São Gonçalo e, finalmente, o da Virgem do Rosário. Refere apenas três confrarias: do Senhor, das Almas e do Rosário.

O reitor é lacónico nas restantes respostas sobre a geografia ou as riquezas da terra. Alude à história da fundação e extinção, referindo os instituidores Ramiro Gonçalves e sua mulher “Aurodona”, à carta de couro dada por D. Sancho, segundo ele no ano de 1224, e remata com a bula apostólica de 1534, que uniu Tarouquela a outros mosteiros num só, na cidade do Porto.

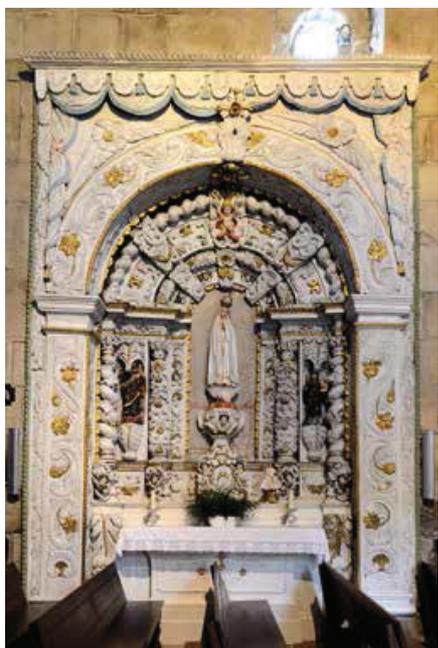
Para um conhecimento mais profundo da organização do espaço eclesial no período moderno, nomeadamente durante as intervenções barrocas, devemos pois socorrer-nos das fotografias anteriores às intervenções do século XX. Da sua leitura podemos constatar existirem ainda,

25 A este propósito veja-se Vasconcelos, Brito e Real (1983: 117-119).

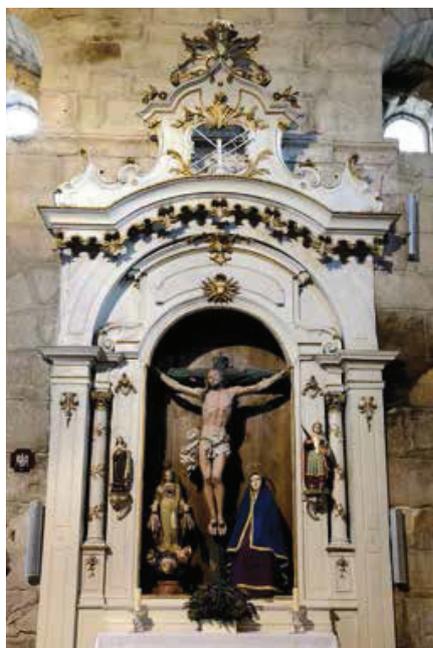


Vista geral do interior a partir da nave.

em 1932, os quatro altares do corpo da Igreja, dos quais restam apenas dois, ambos dentro da estética barroca. Apesar de o reitor Sarmento não assinalar a distribuição das imagens pelos altares, cremos que a organização das mesmas não deverá ter sofrido grandes alterações, à exceção das que estavam colocadas no retábulo maior, tendo Santa Maria, a Maior, sido arredada da tribuna e exposta no lugar de São Pedro, entretanto arredado para um dos altares colaterais. A imagem de São Bento de Núrsia foi colocada sobre a ara de sagração removida para a entrada da capela-mor, junto ao arco cruzeiro, sendo substituída na mísula do retábulo maior pela de Cristo Salvador, peça de fabrico contemporâneo.



Nave. Parede norte. Retábulo.



Nave. Parede sul. Retábulo.

Na nave subsistem as devoções à Virgem do Carmo (ainda que a atual escultura não corresponda à obra da invocação cultuada em 1758) e a Cristo crucificado, sendo esta, do conjunto escultórico devocional remanescente, a peça de maior qualidade plástica e não desvirtuada por intervenções recentes de “restauro”.



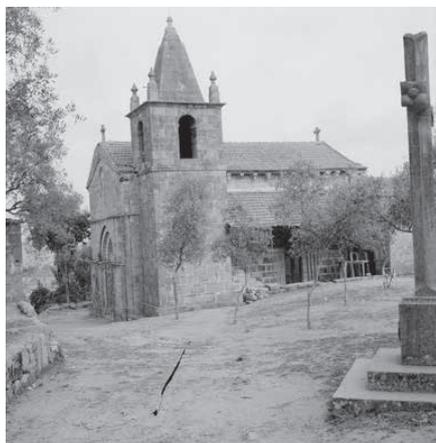
Vista geral do interior a partir da capela-mor.

AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Quando Pedro Vitorino visitou pela primeira vez esta Igreja, em 1932, na companhia do arquiteto José Vilaça e do fotógrafo e editor José Marques Abreu, considerou-a uma surpresa que, “a-pesar-de atraente, é quasi ignorada” (Vitorino, 1932: 386). Deu, assim, o primeiro a conhecer, através da ação divulgadora da *Ilustração Moderna*, revista editada por Marques Abreu, a Igreja de Tarouquela, tendo para o efeito reunido “algumas notas que constituirão o comentário adequado, mas frouxo, às fotografias e desenhos que por esses artistas [José Vilaça e Marques Abreu] foram feitos. A igreja de Tarouquela poderá, assim, ser melhor compreendida e apreciada. Vista como a publicação que em Portugal mais tem pugnado pela defesa do nosso património artístico e pela restauração dos monumentos nacionais²⁶, a *Ilustração Moderna* assumiu-se no panorama editorial português como uma obra de referência, quer pelas imagens, quer pelos textos publicados, contribuindo assim de forma significativa para “o estudo e divulgação dos exemplares da arquitetura românica e motivando o interesse dos restauradores por aqueles monumentos” (Neto, 2001: 184)²⁷.

Sendo que esta Igreja apenas foi classificada como Monumento Nacional em 1945, é perfeitamente compreensível que as ações de conservação apenas tenham sido iniciadas após essa data. Só em 1952 é que foi construída uma estrada de acesso ao imóvel (Figueiredo, 2001).

211



Vista geral do exterior antes das intervenções da DGEMN (1960). Fonte: arquivo IHRU.



Vista geral do alpendre antes das intervenções da DGEMN (1960). Fonte: arquivo IHRU.

26 [S.a.] – A igreja de Lourosa: um interessante estudo sobre o belo monumento nacional, pelo sr. Marques Abreu. *A Comarca de Arganil*. Ano XXX (6 de junho de 1930).

27 Para um maior aprofundamento desta temática veja-se Botelho (2010: 304 e ss).

Mas, foi apenas na década de 1970 que a Igreja de Tarouquela foi alvo das mais significativas intervenções, algumas das quais foram além da simples ideia de conservação, transformando um pouco a imagem do edifício. De entre estas, destacamos o apeamento do alpendre na fachada sul, que abrigava os acessos ao portal da Igreja e à capela de São João Baptista e a escada de acesso à torre sineira, realizado ainda em 1969. Alegou-se que esta estrutura se encontrava em mau estado de conservação (Figueiredo, 2001). Atualmente, dele apenas sobrevivem as mísulas e o lacrimal de suporte. No entanto, esta não era a única estrutura alpendrada existente em Tarouquela. Embora não saibamos quando foi apeada, a verdade é que também a fachada principal teve uma estrutura alpendrada, de duas águas, conforme atesta a cicatriz que ainda hoje observamos no paramento, entre o portal e a fresta. Refira-se, aliás, que este vão de iluminação viu anos mais tarde o seu perfil retificado.

Mas cremos que foi ao nível do interior que a Igreja de Tarouquela sofreu as mais profundas transformações. Além da remoção do estuque, para assim se apreciar o granito dos paramentos, temos notícia de que no ano de 1976 foi também demolido o coro, o púlpito e a escada de ligação. No entanto, a julgar pelo aspeto atual da Igreja, vemos que se manteve o púlpito barroco, enquanto o coro foi recentemente substituído por uma estrutura em madeira, algo minimalista. Além disso, ainda foram apeados os altares colaterais e substituídos por peanhas em pedra para exposição da imaginária.

212



Nave, Coro alto antes das intervenções da DGEMN.
Fonte: arquivo IHRU.



Nave, Parede norte. Antigo portal antes das intervenções da DGEMN. Fonte: arquivo IHRU.



Fachada norte. Capela-mor depois das intervenções da DGEMN (1977). Fonte: arquivo IHRU.



Fachada norte. Capela-mor antes das intervenções da DGEMN (1960). Fonte: arquivo IHRU.

Como se pode perceber, estas ações visaram sobretudo enfatizar a origem românica do edifício. A remoção do estuque e o apeamento do alpendre e do coro procuraram, de certa forma, pôr a descoberto elementos que se consideravam testemunhos da época fundacional do monumento. E foi, precisamente, seguindo esta ideologia que, em 1977, se procedeu à demolição parcial da sacristia que se adossava à parede norte da sacristia para desimpedir a visibilidade de uma janela românica (Figueiredo, 2001). [MLB / NR]

Em 2010, a Igreja de Tarouquela passou a integrar a Rota do Românico, sendo que, neste âmbito, tem sido alvo, desde agosto de 2014, de uma empreitada de conservação, salvaguarda e valorização das suas coberturas, paramentos e vãos exteriores. Considera-se que esta intervenção será o “primeiro passo para a reposição da (...) qualidade e dignidade” deste edifício (Costa, 2012: 10). [RR]

CRONOLOGIA

1134: o infante D. Afonso Henriques doa a Egas Moniz e a sua mulher a herdade de Tarouquela, cujos termos (extensos) denotam a importância e o valor do território, embora no mesmo ano estes a tenham trocado por um cavalo com Ramiro Gonçalves e sua esposa, D. Ouruana Nunes;

1162: segundo Viterbo, pelo menos desde este ano havia "Convento em Tarouquella, em que se guardava a Régua de Santo Agostinho";

1171: o bispo de Lamego reconhece a existência do mosteiro, fundado por Ramiro Gonçalves, por alcunha o "Quartela", e D. Ouruana;

1185 ou 1187: os filhos e netos dos fundadores confirmaram a doação da igreja própria de fundação anterior ao mosteiro, endossando-o a D. Urraca Viegas, também ela neta dos fundadores, para que o governasse no espiritual e no temporal;

1187-1194: com o apoio dos familiares, a abadessa conseguiu a mudança do hábito em Tarouquela;

Século XII (finais)/Século XIII (inícios): edificação da Igreja do mosteiro de Tarouquela;

1214: possível sagração ou conclusão da edificação da capela-mor, segundo inscrição identificada por Mário Barroca;

1224: coutamento de Tarouquela, por ação de D. Sancho I;

1232: segundo a *Notícia da fundação do mosteiro de Tarouquela*, exarada no século XVII, D. Urraca teria feito doação de todos os seus bens ao mosteiro;

1291-1349: o abadessado de D. Aldonça Martins de Resende foi um dos mais ativos em Tarouquela;

1312: confirmou-se que o arcebispo de Santiago não tinha direito a receber as colheitas devidas à Igreja de Tarouquela;

1315: D. Rodrigo, bispo de Lamego, terminou o litígio que havia encetado com Tarouquela;

Século XIV (2.ª metade): o mosteiro de Tarouquela entra na esfera de influência dos Pintos;

A partir do século XV: há uma efetiva permanência (nepotismo) de determinadas famílias à frente do mosteiro de Tarouquela;

1481-1495: construção da capela de São João Baptista durante o reinado de D. João II e por instituição de um vínculo por Vasco Lourenço;

Cerca de 1500: conceção da imagem da Virgem do Leite;

1514: D. Manuel I manda fundar no Porto um mosteiro para nele incorporar os institutos femininos de Tarouquela, Tuías, Vairão, Vila Cova e Rio Tinto;

1535: instala-se em Tarouquela uma regedora para cessar os ânimos derivados da vontade régia de extinção do mosteiro e preparar a transição para São Bento de Avé-Maria, no Porto;

1536: as monjas de Tarouquela são transferidas para o convento do Porto; tem início a administração externa de Tarouquela a partir deste mosteiro;

Século XVII-XVIII: obra de ampliação da capela-mor de Tarouquela;

1713: do antigo complexo monástico de Tarouquela apenas são documentados os passais e a casa da residência;

1758: já quase não existiam vestígios do espaço monástico;

1945: classificação da Igreja de Tarouquela como Monumento Nacional;

Década de 1970: realização das principais obras de restauro da Igreja de Tarouquela, a cargo da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais;

2010: a Igreja de Tarouquela passa a integrar a Rota do Românico;

2014-2015: conservação geral da Igreja ao nível das coberturas, paramentos e vãos exteriores.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – A igreja de Lourosa: um interessante estudo sobre o belo monumento nacional, pelo sr. Marques Abreu. *A Comarca de Arganil*. Ano XXX (6 de junho de 1930).

_____ – *Mosteiro de Tarouquela / Igreja românica de Santa Maria Maior de Tarouquela / Igreja paroquial de Tarouquela: vista parcial do interior* [Material fotográfico]. Cinfães: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004275, FOTO.0079757.

215

_____ – *Mosteiro de Tarouquela / Igreja românica de Santa Maria Maior de Tarouquela / Igreja paroquial de Tarouquela: pormenor do interior* [Material fotográfico]. Cinfães: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004275, FOTO.0079751.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

_____ – *História da arte em Portugal: o românico*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.

_____ – Território paroquial de Entre-Douro-e-Minho: sua sacralização. *Nova Renascença*. Vol. 1, n.º 2 (1981).

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO (ADP) – Monásticos, São Bento da Avé Maria, *Livro da fundação do mosteiro de S. Bento de Ave-Maria*, fls. 5 v.º, 10 v.º, 73-73v.º.

_____ – Monásticos, São Bento de Avé Maria, *Index dos tombos de santa Maria de tarouquella* [...], 1713, fl. 1: *Reconhecimento que se fez da capella da invocação de S. João batista, que está contigua com a capella mayor* (...).

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT) – OSB, Tarouquela, maços 25, 26, 27 e 28 (vários documentos).

BARREIROS, Manuel de Aguiar – *Egrejas e capelas românicas da ribeira Lima*. Porto: Marques Abreu, 1906.

BARROCA, Mário – *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Dissertação de doutoramento em história da arte portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

- BRITO, Pedro – *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto: 1500-1580*. Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto, 1997.
- BRONSERVAL, Claude, fr. – *Peregrinatio hispanica: 1531-1533*. Paris: PUF, 1970.
- CARDOSO, Jorge – *Agiologio lusitano*. Lisboa: [na oficina de Craesbeeck], 1666.
- CORREIA, António Mendes [et al.] – Tarouquela. In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1963. Vol. 32.
- COSTA, Cristina – *Igreja de Tarouquela, Viseu, Cinfães, Tarouquela: conservação, salvaguarda e valorização de coberturas, paramentos e vãos exteriores*. Vila Nova de Gaia: Cristina Costa, 2012. Texto policopiado.
- COSTA, M. Gonçalves da – *História da cidade e bispado de Lamego*. Braga: [edição de autor], 1984.
- _____ – *História do bispado e cidade de Lamego: Idade Média: paróquias e conventos*. Braga: [edição de autor], 1979.
- DIAS, Pedro – *A arquitetura gótica portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- _____ – Virgem com o menino. In AZEVEDO, Carlos A. Moreira; SOALHEIRO, João – *Cristo fonte de esperança: catálogo*. Porto: Diocese do Porto, 2000.
- FIGUEIREDO, Paula (atualização) – *Mosteiro de Tarouquela/ Igreja românica de Santa Maria Maior de Tarouquela* PT011813020003 [Em linha]. Lisboa: IHRU, 2001. [Consult. 30 de setembro de 2011]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.
- GAIO, Felgueiras Manuel José da Costa – *Nobiliário de famílias de Portugal*. [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles/Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941.
- GARCIA Y GARCIA, A. – *Synodicum hispanicum*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.
- GRAF, Gerhard N. – *Portugal roman: le sud du Portugal, la nuit des temps*. Paris: Zodiaque, 1986.
- HERCULANO, Alexandre, dir. – *Portugalliae monumenta historica: o saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum: scriptores*. Lisboa: Academia das Ciências, 1860.
- HUERTA HUERTA, Pedro Luís – Los artifices materiales de la construcción románica: oficios y funciones. In *Protagonistas de la obra románica*. Aguilar del Campoo: Fundación Santa María la Real – C.E.R, 2004.
- JUNIOR, José Marques Abreu – *Mosteiro de Tarouquela / Igreja românica de Santa Maria Maior de Tarouquela / Igreja paroquial de Tarouquela: aspecto geral* [Material fotográfico]. Cinfães: [s.n., 1960]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004275, FOTO.0079728.
- _____ – *Mosteiro de Tarouquela / Igreja românica de Santa Maria Maior de Tarouquela / Igreja paroquial de Tarouquela: vista parcial da fachada lateral* [Material fotográfico]. Cinfães: [s.n., 1960]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004275, FOTO.0079737.
- _____ – *Mosteiro de Tarouquela / Igreja românica de Santa Maria Maior de Tarouquela / Igreja paroquial de Tarouquela: vista parcial* [Material fotográfico]. Cinfães: [s.n., 1960]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004275, FOTO.0079735.
- L., L. M. A. – *Mosteiro de Tarouquela / Igreja românica de Santa Maria Maior de Tarouquela / Igreja paroquial de Tarouquela: vista parcial* [Material fotográfico]. Cinfães: [s.n., 1977]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004275, FOTO.0079784.

LARA, António de Sousa; FERNANDES, Maurício Antonino – Moreiras de Tarouquela: inéditos de genealogia e heráldica. *Genealogia & Heráldica*. N.º 1 (1999) 79-106.

MATTOS, Armando de – Arqueologia artística: estudos, notas e comentários: I. *Douro-Litoral*. N.º 4 (1949) 50-83.

_____ – *Dois estudos: 1. Manis Palla. 2. Giral Cabrom*. Porto: Junta de Província do Douro Litoral, 1943.

MORAIS, Cristóvão Alão de [et al.] – *Pedatura lusitana: nobiliário de famílias de Portugal*. Livraria Fernando Machado, 1673 [ed. 1948].

NETO, Maria João Baptista – *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais*. Porto: FAUP, 2001.

NUÑO GONZÁLEZ, Jaime – Hacia una visión de la iconografía sexual: escenas procaces y figuras obscenas. In *Poder y seducción de la imagen románica: atas VII curso de iniciación al románico*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real, 2006. p. 192-226.

PIMENTA, Alfredo A. – *Brasões de Cinfães*. [S.l.]: edição do autor, 1976.

REAL, Manuel Luís – O românico condal em S. Pedro de Rates e as transformações beneditinas do séc. XII. *Boletim Cultural Póvoa do Varzim*. Vol. 21, n.º 1 (1982).

SANTA ESCOLÁSTICA, José de, frei – O românico beneditino em Portugal. *Ora & Labora*. Vol. 1 (1954).

SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A sé de Lamego na primeira metade do século XIV: 1296-1349*. Leiria: Magno Editores, 2003.

SARMENTO, José Carlos de Morais – [Memória paroquial de] Tarouquela [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT/TT/MPRQ/36/22.

SOTOMAYOR-PIZARRO, J. A. de – *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias: 1279-1325*. Porto: Universidade do Porto, 1997. Dissertação de doutoramento em história da Idade Média na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VASCONCELOS, Flório; BRITO, Maria Fernanda de; REAL, Manuel Luís – *O Porto e a Europa do renascimento: exposição paralela à XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura*. Porto: Casa do Infante, 1983.

VASCONCELOS, Joaquim de; ABREU, Marques – *A arte românica em Portugal: texto de Joaquim de Vasconcellos com reproduções seleccionadas e executas por Marques Abreu*. Porto: Edições Ilustradas Marques Abreu, 1918.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, O. F. M. – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram*. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865.

VITORINO, Pedro – Santa Maria Maior de Tarouquela. *Ilustração Moderna*. Vol. 3, n.º 54 (1932).

_____ – Tímpanos românicos ornamentados. *Douro-Litoral*. N.º 3 (1941) 5-17.